[NOTAS]

[CÓDIGO FLORESTAL]

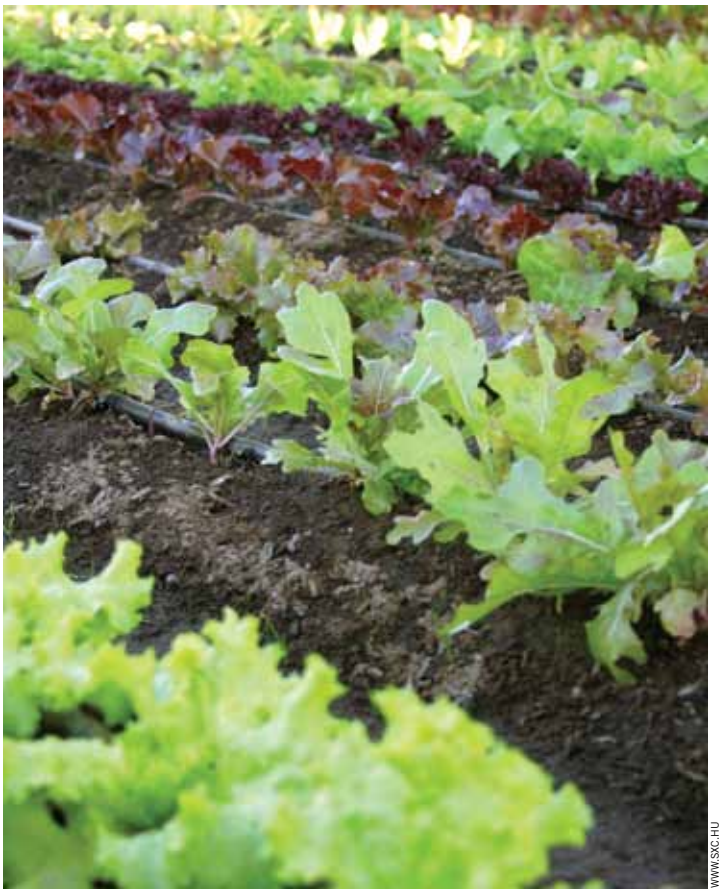
Agricultura familiar **dividida**

Eles produzem cerca de 70% dos alimentos no País e empregam 74,4% dos trabalhadores rurais. Não obstante, concentram boa parte dos pobres brasileiros, sobretudo em assentamentos agrários nas regiões Norte e Nordeste. O universo multifacetado da agricultura familiar é objeto de um relatório jornalístico da ONG Repórter Brasil, motivado pela celeuma em torno da proposta do novo Código Florestal.

O grupo ruralista vem apontando a agricultura familiar como principal vítima das restrições ambientais previstas no Código, e o argumento é um dos pilares do projeto costurado pelo relator na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). As conclusões da Repórter Brasil, no entanto, apontam para um cenário de apoio dividido.

A parcela que os pesquisadores chamam de "classe média" do setor, composto por principalmente por empresas familiares, estaria mais alinhada com as propostas de flexibilização das normas ambientais. A eles se unem boa parte dos assentados da reforma agrária com foco no mercado de *commodities* e margens de lucro mais achatadas.

Do outro lado estariam os movimentos sociais, como Via Campesina, e entidades apoiadoras do cultivo agroflorestal, como a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf). Mesmo com tantos contrastes, existe um consenso identificado pelos pesquisadores entre os pequenos produtores: quaisquer alterações na legislação ambiental deveriam considerar diferentes critérios e condições de cumprimento das normas para o agronegócio e a agricultura familiar. **POR CAROLINA DERIVI**



WWW.SXC.HU

[SERVIÇOS AMBIENTAIS]

PEQUENOS MAIS VERDES

A ideia de que a proteção ambiental prejudica a produção agrária de pequena escala é contestada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no relatório *Payments for Ecosystem Services and Food Security* (disponível em fao.org).

O trabalho é um mapeamento de mais de 60 programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) em todo o mundo e revela a eficácia desse tipo de iniciativa – que remunera o produtor rural pela manutenção de paisagens naturais – para a redução da pobreza, a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Segundo a FAO, a implementação do PSA é especialmente recomendável no caso de pequenos produtores rurais, porque são esses os maiores dependentes dos serviços gratuitos oferecidos pela natureza. A saber: controle de erosão, dispersão de nutrientes, purificação da água, estabilização do clima, polinização e controle de pragas, entre outros. Em contraste, "os ricos têm o necessário capital financeiro e social para acessar recursos escassos ou seus substitutos", diz o relatório.

Entre os casos citados estão o pioneiro programa nacional de PSA da Costa Rica, vigente desde 1996. Os dados da FAO mostram uma correlação direta entre as áreas que foram preservadas ou reflorestadas e a diminuição da pobreza.

No Brasil, o governo federal lançou recentemente o programa Bolsa Verde, parte do Plano Brasil sem Miséria, que deve oferecer compensação mensal de R$ 300 a famílias que vivem em áreas florestais. No entanto, esse assunto segue descolado do debate em torno da reforma do Código Florestal, no Senado. **(CD)**

[MOBILIDADE]

A TRANSIÇÃO DO AUTOMÓVEL

Em cidades com vendas de veículos, congestionamento e poluição do ar que não param de crescer, reduzir o número de motoristas é um desafio. Rodízio, pedágio urbano e cobrança de estacionamento em vias públicas são medidas que incentivam a migração para o transporte coletivo, mas esbarram na impopularidade. Para analisar o efeito de cada uma delas no Brasil, o Instituto de Energia e Meio Ambiente preparou o estudo *Instrumentos de Desestímulo ao uso do Transporte Individual Motorizado*.